

Agora, Clube espera aval do FMI

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

A decisão brasileira de decretar a moratória dos débitos que tem com os credores oficiais não modifica em nada a posição do Clube de Paris, segundo informou ontem um alto funcionário do Tesouro francês, ouvido sobre a iniciativa brasileira de suspender os pagamentos — juros e principal — devidos à instituição. Agora, os credores do Clube de Paris vão aguardar um relatório da missão do FMI sobre a situação e perspectivas da economia brasileira a partir do Novo Cruzado, e que está sendo elaborado pela missão do Fundo que esteve no Brasil. Assim, as negociações só serão reabertas no caso de uma apreciação positiva do Fundo Monetário Internacional.

O ideal, segundo a mesma fonte, seria que isso se ocorresse através da fórmula clássica da carta de intenção e crédito *stand by*, o que o Brasil

tem recusado, mas poderá acontecer, também, como no passado, quando um simples relatório do FMI desbloqueou as negociações. Quando da conclusão do acordo firmado em janeiro último, os representantes da direção do Clube de Paris revelaram que depois de seis meses não haveria outra alternativa para o Brasil, a não ser recorrer ao Fundo. Sem isso, não poderia haver nova negociação com o Clube de Paris. E é exatamente isso o que se verifica atualmente, pois os credores oficiais consideraram insatisfatórias as alternativas apresentadas pelo governo brasileiro.

Ontem, uma fonte bancária francesa disse que, ao contrário da moratória de fevereiro, decretada contra os credores comerciais, agora o Brasil foi levado a assumir essa posição porque os credores do Clube de Paris não aceitaram as alternativas sugeridas pelos negociadores brasileiros. O Brasil pretendia um reescalonamento em 20 anos, com sete de carência,

condições estabelecidas para a Mauritânia e Moçambique. Essa pretensão foi considerada exagerada, pois não se pode comparar o Brasil com esses países.

REAÇÃO

De uma maneira geral, mesmo não se surpreendendo com a decisão brasileira, a comunidade bancária francesa criticou a forma como foi decretada a moratória, pois nenhum dos bancos envolvidos com a dívida brasileira ou o próprio Clube de Paris foi prevenido oficialmente de que o país caminharía nessa direção, caso suas pretensões não fossem atendidas.

Não se pode esquecer que há mais de um mês o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, vinha brandindo esta ameaça caso não se encontrasse rapidamente uma solução, pois camínávamos para a data fatal (o fim do primeiro semestre do ano), a partir da qual uma nova negociação era exigida para os vencimentos futuros.